

## RISCO, PROTECÇÃO E RESILIÊNCIA EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA

**Maria da Conceição Osório Ribeiro**

Mestre em Psicologia – UFP  
conceicaoosorio@gmail.com

**Ana Isabel Sani**

Professora Auxiliar  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UFP  
anasani@ufp.pt

**RESUMO**

O artigo apresenta uma revisão dos conceitos de Risco, Protecção e Resiliência e o seu papel na violência. A pesquisa permitiu aumentar a compreensão sobre os factores que fazem com que certas populações sejam mais vulneráveis à vitimação e à perpetração da violência. Nesse sentido, ao compreender quais os factores, pessoais ou recursos ambientais, que ajudam os indivíduos a contrariar as probabilidades de se verem envolvidos nestas situações, podem definir-se estratégias que promovam a protecção, ao mesmo tempo que se procura reduzir o risco. Ao identificar o que faz de alguns indivíduos resilientes podemos contribuir para promover o desenvolvimento de outros.

**PALAVRAS-CHAVE**

Factores de risco, Factores protectores, Resiliência, Violência

**ABSTRACT**

The article presents a review of the concepts of Risk, Protection and Resilience and its' role in violence. The research provided an increase of the understanding on the factors that make certain individuals more vulnerable to victimization and violent behavior. Thus, understanding which factors, personal or environmental resources, help the individuals to fight the probability of involving themselves in these situations, one can define strategies that promote protection, at the same time that aims to reduce the risk. By asking what makes some individuals resilient, we can contribute to foster the development of others.

**KEY WORDS**

Risk factors, Protective factors, Resilience, Violence

## RISCO, PROTECÇÃO E RESILIÊNCIA

Porque é que alguns indivíduos são capazes de superar ambientes difíceis que os colocam em situação de risco e tornarem-se adultos responsáveis e produtivos, enquanto outros não o conseguem?

Na literatura, os conceitos relacionados de risco, protecção e resiliência emergem como constructos úteis para a conceptualização do desenvolvimento de problemas sociais e de saúde, particularmente os problemas de *coping* das crianças e das suas famílias. Quando os investigadores e os profissionais da intervenção utilizam estes termos, trazem uma nova e promissora forma de compreender os distúrbios de saúde mental e os problemas sociais, que vão desde baixos resultados escolares até violência juvenil (Richman & Fraser, 2001). No caso concreto da violência juvenil, a pesquisa permitiu aumentar a compreensão sobre os factores que fazem com que certas populações sejam mais vulneráveis à vitimação e à perpetração da violência. Alguns dos factores de risco resultam, em parte, da proximidade entre vítimas e agressores (Dhalberg, Toal, Shawn & Behrens, 2005).

A tese da orientação para "o risco e a resiliência" é baseada na ideia de que o comportamento adaptativo emerge da interacção entre: a) combinações de factores preditores de resultados desenvolvimentais negativos (factores de risco) e b) combinações de factores equilibrantes que reduzem ou melhoram o risco (usualmente referidos como factores protectores e por vezes referidos como recursos ou forças). Estes últimos proporcionam um grau de protecção na presença do risco. Além disso, eles levam – em algumas crianças – a *coping* bem sucedido e adaptação apesar da exposição a altos níveis de adversidade. Prevaler com sucesso sobre a adversidade é denominado resiliência (Richman & Fraser, 2001).

### 1. FACTORES DE RISCO

De acordo com Richman e Fraser (2001, p.2 e 3) o risco define-se "*pela presença de um ou mais factores ou influências que aumentam a probabilidade de um resultado negativo para uma criança ou jovem*". Os factores de risco podem ter etiologia genética ou biológica, uma base ecológica ou uma origem biossocial combinada; podem ser traços e atributos individuais ou condições do meio. Os factores de risco aumentam a probabilidade de um jovem se tornar violento. Não são, contudo, causa directa da violência juvenil; contribuem para a sua ocorrência (Mercy et al., 2002, citados por Dahlberg et al, 2005). Para actuar sobre os factores de risco que contribuem para o desenvolvimento do comportamento violento, eles têm de ser primeiro identificados. As descobertas recentes levaram ao desenvolvimento de vários modelos para organizar os factores de risco, isto é, as situações, experiências, atitudes e comportamentos que colocam as crianças em risco para a violência.

Fraser, Richman e Galinsky (citados por Richman & Fraser, 2001) conceptualizam os factores de risco em específicos e não específicos. Os não específicos não estão directamente ligados a um aumento num resultado particular, antes estão ligados a uma variedade de condições e resultados negativos. Pensa-se que os factores específicos (e.g. o alcoolismo dos pais) estejam ligados a um resultado negativo específico.

Outro conceito relevante é o de risco cumulativo (Gest, Reed & Masten citados por Richman & Fraser, 2001), relevando a ideia de que o número de factores de risco pode ser mais impor-

tante do que a sua natureza específica e que o acumular de vários aspectos negativos pode produzir um risco acrescido. A multiplicidade desses factores também deve ser considerada. A pesquisa sugere que os problemas sociais são determinados de forma múltipla, e tal pode significar, por exemplo para as situações de violência juvenil, que há diversas maneiras de uma criança se tornar violenta.

A seguir apresenta-se uma síntese de factores de risco baseados na pesquisa efectuada (cf. Tabela 1). Os factores aparecem divididos em Individuais, Familiares, Escolares/de pares e Comunitários, uma divisão comum na bibliografia consultada (Gonçalves, 2003; Lipsey & Derzon 1998; Resnick et al. 2004 citados por Dahlberg et al., 2005; Thornton, Craft, Dahlberg, Lynch & Baer, 2001; Douglas & Skeem, 2005; Williams, Rivera, Neighbours & Reznik, 2007).

**Tabela 1.** Sumário de alguns dos factores de risco conhecidos no âmbito da violência

FACTORES DE RISCO	
Individuais	História de vitimização ou envolvimento com a violência; Défice de atenção, hiperactividade ou problemas de aprendizagem; Disfunções no Sistema Nervoso Central; Desordem de conduta; História de comportamento agressivo precoce; Envolvimento com drogas, álcool, tabaco; Baixo Quociente Intelectual; Controlo comportamental pobre; Défices ao nível das competências sócio-cognitivas ou de processamento da informação; Crenças e atitudes anti-sociais; Elevado stress emocional; Exposição a violência e conflito na família.
Familiares	Retaguarda familiar autoritária; Práticas disciplinares rígidas, desleixadas ou inconsistentes; Baixo envolvimento parental; Baixa vinculação emocional aos pais ou cuidadores; Baixos rendimento e nível de educação parental; Criminalidade ou abuso de substâncias parental; Funcionamento familiar pobre; Monitorização ou supervisão familiar pobre.
Escolares/de pares	Associação com pares delinquentes; Envolvimento com gangs; Rejeição social pelos pares; Falta de envolvimento em actividades convencionais; Baixos resultados académicos; Baixo compromisso com a escola e fracasso escolar.
Comunitários	Oportunidades económicas diminutas; Alta concentração de residentes pobres; Elevado nível de transitoriedade; Elevado nível de disrupção familiar; Baixos níveis de participação comunitária; Vizinhanças socialmente desorganizadas.

## 2. FACTORES DE PROTECÇÃO

Os factores protectores são características individuais ou condições ambientais que ajudam as crianças e jovens a resistir ou então a contrabalançar os riscos aos quais estão expostas (Richman & Fraser, 2001). Tais factores atrasam, suprimem ou neutralizam os resultados negativos e podem dividir-se em três categorias: individuais, familiares e extra-familiares. Inde-

pendentemente da sua categoria, os factores protectores exercem efeitos compensatórios e/ou amortecedores (Fraser, Richman & Galinsky, citados por Richman & Fraser, 2001). Um efeito protector compensatório melhora directamente uma condição problemática, isto é, baixa proporcionalmente as probabilidades de um resultado negativo para cada nível de uma condição de risco. Quando um factor protector interage com o risco encontra-se um efeito amortecedor. O reconhecimento destes factores revela-se de especial importância quando pretendemos fazer intervenção. *“Os factores protectores proporcionam pistas importantes para desenhar programas de prevenção mais eficazes”* (Richman & Fraser, 2001, p. 5) uma vez que ao compreender que factores protectores, pessoais ou recursos ambientais, ajudam as crianças a contrariar as probabilidades, podem definir-se estratégias que promovam, desenvolvam e aumentem a protecção, ao mesmo tempo que se procura reduzir o risco.

Os factores protectores existem em vários níveis e defendem os jovens dos riscos de se tornarem violentos. Até à actualidade estes factores não foram tão intensivamente e tão rigorosamente estudados como os factores de risco, contudo a identificação e compreensão dos factores protectores é igualmente importante como pesquisar os factores de risco.

Na tabela 2 apresenta-se uma síntese de factores protectores baseados na pesquisa efectuada, utilizando a mesma divisão apresentada quanto aos factores de risco.

**Tabela 2.** Sumário de alguns dos factores protectores conhecidos no âmbito da violência

FACTORES PROTECTORES	
Individuais	Atitude intolerante face à violência; Elevado Quociente Intelectual ou bons resultados escolares; Orientação social positiva; Competências de gestão de stress e regulação emocional; Temperamento resiliente; Percepção do apoio social de adultos e pares; Valorização do envolvimento em actividades religiosas; Saudável sentido de si; Expectativas positivas/optimismo face ao futuro.
Familiares	Ligação a familiares ou adultos fora da família nuclear; Capacidade para discutir os problemas com os pais; Altas expectativas parentais percebidas face ao desempenho escolar; Actividades partilhadas com os pais frequentes; Presença consistente dos pais durante pelo menos um de entre: ao acordar, ao chegar a casa da escola, na refeição da noite e ao deitar; Envolvimento em actividades sociais.
Escolares/de pares	Compromisso com a escola; Boa relação com os pares; Aprovação dos amigos pelos pais; Motivação/atitude positiva face à escola; Escolas de elevada qualidade/regras/ padrões/critérios claros; Envolvimento em actividades sociais.
Comunitários	Coesão social; Expectativas elevadas por parte da comunidade; Comunidades economicamente estáveis; Ambientes promotores de segurança e saúde.

### 3. A RESILIÊNCIA

A resiliência não é necessariamente baseada em características individuais; ela ocorre na ligação entre um elevado risco e a presença de recursos excepcionais, sejam esses recursos

de natureza pessoal ou ambiental (Richman & Fraser, 2001). Os adultos que trabalham com crianças nas categorias de maior risco perceberam que existiam “sobreviventes” – crianças que, apesar do grande número de factores de risco presentes nas suas vidas, eram relativamente bem sucedidas e ajustadas.

Compreende-se resiliência como o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida sadia, mesmo vivendo num ambiente não sadio. Este processo resulta da combinação entre as características da criança ou jovem e o seu ambiente familiar, social e cultural. Deste modo, a resiliência não pode ser pensada como uma competência que nasce com o sujeito, nem que ele adquire durante o seu desenvolvimento. É um processo interactivo entre a pessoa e o seu meio, considerado como uma variação individual em resposta ao risco, sendo que os mesmos factores causadores de stresse podem ser experienciados de formas diferentes por pessoas diferentes, não sendo a resiliência um atributo fixo do indivíduo (Rutter, 1987).

Numa revisão sobre a resiliência, Pinheiro (2004) refere que os autores se dividem na explicação sobre a origem do conceito, sendo que alguns acreditam que a flexibilidade e versatilidade são características da pessoa resiliente e outros apontam a resiliência como traço de personalidade ou temperamento (Flach, 1991; Garmezy, 1985; Wolin, 1993, citados por Pinheiro, 2004). Na literatura também se interroga sobre a resiliência ser um atributo individual ou fruto da interacção com o ambiente (e.g. Rutter, 1993; Tavares, 2001; Pereira, 2001; Ralha-Simões, 2001; Trombeta e Guzzo, 2002, citados por Pinheiro, 2004). Desta forma, o conceito de resiliência apresenta algumas imprecisões e controvérsias. Rutter (1993, citado por Pinheiro, 2004), considerado um dos primeiros teóricos do tema, retoma a discussão do termo invulnerabilidade, afirmando que pesquisas recentes demonstram que a resiliência não é apenas uma característica individual, como entendido na invulnerabilidade, mas inclui, além das bases constitucionais, também as ambientais, bem como o facto do grau de resistência variar de acordo com as circunstâncias.

Junqueira e Deslandes (2003), a partir de uma revisão crítica das publicações sobre resiliência do final dos anos 1990, verificaram que o conceito não apresenta uma definição consensual. As autoras consideram a resiliência como a capacidade do sujeito de, em determinados momentos e de acordo com as circunstâncias, lidar com a adversidade não sucumbindo a ela, alertando para a necessidade de relativizar, em função do indivíduo e do contexto, o aspecto de “superação” de eventos potencialmente *stressores* apontado em algumas definições de resiliência. Defendem que o termo resiliência traduz conceptualmente a possibilidade de superação num sentido dialéctico, o que representa não uma eliminação, mas uma re-significação do problema.

Benard (1996, citado por ACT for Youth Upstate Center of Excellence, 2001) apresenta um resumo da pesquisa sobre resiliência e questiona a sua relevância para os programas de promoção do desenvolvimento dos jovens e a participação positiva da comunidade. Assim como outros investigadores (Blum, 1998; Garbarino, 1995; Kirby, 1997 citados por ACT for Youth Upstate Center of Excellence, 2001; Richman e Fraser, 2001), Benard identifica as características individuais e ambientais que contribuem para tornar os jovens resilientes. Nas características individuais incluir-se-iam: a competência social (fortes competências relacionais, flexibilidade, competências multi-culturais, empatia e cuidado com os outros, fortes competências de comunicação e um bom sentido de humor); as competências de resolução de problemas (capacidade de planear, introspecção, pensamento crítico e desenvoltura); a auto-

nomia (sentido de identidade, *locus* de controlo interno, auto-consciência, competências de resistência); e um sentido de objectivo e perspectiva de um futuro brilhante (orientação para objectivos, motivação e aspirações educacionais). Nas características ambientais constariam: as oportunidades de participação (envolvimento e responsabilidade significativos, poder para tomar decisões, oportunidades de reflexão e diálogo); as relações afectivas (de suporte com um adulto, dentro ou fora da família); as elevadas expectativas (crença nas capacidades de concretização, ser respeitador, reconhecer e construir os pontos fortes).

Por seu lado James Garbarino refere a vulnerabilidade dos jovens em relação ao '*ambiente socialmente tóxico*' em que se desenvolvem. Este autor identifica sete aspectos para a resiliência e um *coping* bem sucedido (Garbarino, 1995, citado por ACT for Youth Upstate Center of Excellence, 2001): âncoras pessoais, competências cognitivas, sucesso, *coping* activo, temperamento positivo, clima social e suporte adicional.

Em suma, é consensual que a resiliência é complexa de medir e, para se poder identificar, requer que tenha havido exposição a um risco significativo, que o risco ou a adversidade tenham sido ultrapassados e que o sucesso tenha acontecido para além das expectativas previsíveis.

## CONCLUSÃO

Neste artigo abordou-se a influência dos factores de risco na exposição das crianças e jovens à violência e os factores protectores que poderão contrabalançar a sua influência. Embora menos estudados comparativamente aos factores de risco, os factores protectores deverão ser identificados e analisados, dado o elevado interesse que ambos poderão ter em termos da prevenção primária, assim como para a intervenção junto das pessoas envolvidas em situações de violência.

A violência juvenil é um problema social complexo que associa numerosos factores de risco, entre os quais se encontram as crenças e condutas de cada um, (e.g. a agressividade infantil, o consumo de álcool ou outras drogas); as características da família (e.g. o maltrato conjugal e falta de supervisão por parte dos pais); a influência por parte dos amigos e colegas de escola, (e.g. andar com amigos delinquentes); e por último, factores relacionados com o meio ambiente que rodeia a criança (e.g. o acesso a armas de fogo). Esta complexidade apresenta numerosos desafios para aqueles que trabalham na prevenção da violência juvenil (Dahlberg, 1998, citado por Thornton, Craft, Dahlberg, Lynch & Baer, 2001).

Por seu lado, a pesquisa sobre a resiliência proporciona a todos os que lidam com jovens, pais, amigos e educadores a expectativa de que podem intervir de forma a produzir resultados diferentes. Estimula-os a ir além da simples tentativa de resolução dos problemas emergentes e a procurar promover competências nos indivíduos, especialmente nos jovens. As actividades comunitárias, por exemplo, podem influenciar positivamente as variáveis ambientais, através da dinamização de actividades ocupacionais sazonais, actividades inter-geracionais, entre outras.

Os jovens, em particular, necessitam de se sentir ligados, de pertencer, de fazer diferença, e procurarão consegui-lo de forma positiva ou negativa, dependendo das oportunidades que tiverem ao seu dispor. Em última instância, relações afectivas positivas, elevadas expectativas e participação social positiva podem proporcionar as condições para desenvol-

ver os componentes da resiliência (como sejam a competência social, as competências de resolução de problemas e a autonomia) e diminuir tanto a frequência como o impacto de situações de violência.

## BIBLIOGRAFIA

**ACT FOR YOUTH UPSTATE CENTER OF EXCELLENCE** (2001) Risk, Protection, and Resilience; An ACT for Youth Upstate Center of Excellence Publication with special thanks to Sedra Spano [Em linha]. Disponível em <http://www.actforyouth.net/documents/FactSheet1Risk.pdf> [Consultado em 28/02/2008].

**DAHLBERG, L. L., TOAL, S. B., SWAHN, M. H. & BEHRENS, C. B.** (2005). *Measuring Violence-Related Attitudes, Behaviors, and Influences Among Youths: A Compendium of Assessment Tools*. (2ª ed.) Atlanta, GA, Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Injury Prevention and Control.

**DOUGLAS, K. S. & SKEEM, J. L.** (2005). Violence risk assessment: Getting Specific About Being Dynamic. In: *Psychology, Public Policy, and Law*, 11 (3), pp. 347–383.

**JUNQUEIRA, M. F. P. S., & DESLANDES, S. F.** (2003). Resiliência e maus-tratos à criança. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(1), pp. 227-235.

**PINHEIRO, D. P.** (2004). A resiliência em discussão. In: *Psicologia em Estudo*, 9, pp. 67-75.

**RICHMAN, J. M. & FRASER, M. W.** (2001). *The context of youth violence Resilience, Risk and Protection*. Westport, CT, Praeger.

**RUTTER, M.** (1987) Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57, (3), pp. 316-331.

**THORNTON, T. N., CRAFT, C. A., DAHLBERG, L. L., LYNCH, B. S. & BAER, K.** (2001) *Práticas ótimas para la prevención de la violencia juvenil*. Libro de referencia para la acción comunitaria. Department of Health and Human Services, Centers for disease control and prevention.

**WILLIAMS, K., RIVERA, L., NEIGHBOURS, R. & REZNIK, V.** (2007) Youth Violence Prevention Comes of Age: Research, Training and Future Directions. In: *Annual Review of Public Health*, 28, pp. 195-211.